



## LEI Nº 575/2024, DE 22 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alcinópolis – Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal **APROVA** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, inc. II e § 2º da Constituição Federal, e art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 e Lei Complementar Federal nº 156/2016, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento fiscal e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VI – as disposições gerais.

**Parágrafo único.** Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I – Metas e prioridades;
- II – Metas fiscais:
  - a) - Metas anuais;
  - b) - Metas fiscais anuais;
  - c) - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
  - d) - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
  - e) Evolução do patrimônio líquido;
  - f) Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
  - g) Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
  - h) Projeção atuarial do RPPS;
  - i) Estimativa e compensação da renúncia de receita;
  - j) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
  - k) Demonstrativo dos resultados primário e nominal; e
- III - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.



## **CAPÍTULO II**

### **DAS PRIORIDADES E DAS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Art. 2º** O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município para o exercício de 2025 será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta Lei, à Lei Federal nº 4.320/64, e à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 3º** A proposta orçamentária para 2025 conterá os programas constantes desta Lei, em compatibilidade com os existentes no Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025, aprovado pela Lei Municipal nº 506/2021 e alterações posteriores.

**Art. 4º** Além da observância das prioridades e metas mencionadas nos termos do art. 3º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, atenderão ao disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º** Na lei orçamentária, as despesas públicas serão identificadas com a codificação de função, subfunção, programa e projeto/atividade/operação especial.

**Art. 6º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Subfunção, uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

V – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo e;

VI – Operações especiais, são as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**Parágrafo único.** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 7º** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, suas unidades orçamentárias, fundos especiais e autarquias, instituídos e mantidos pelo Poder Público e discriminarão a despesa por unidade executora, detalhada por categorias econômicas, grupos de natureza de despesa, modalidades de aplicação e elementos de despesa, com base na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, e suas alterações.

**Art. 8º** O projeto de lei orçamentária anual, a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, terá como base as propostas orçamentárias apresentadas pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo e será constituído de:

- I - Texto da lei; e
- II - Consolidação dos quadros orçamentários.

**Art. 9º** A elaboração do projeto de lei orçamentária obedecerá às seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

I – A previsão de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em conformidade com o art. 212 da Constituição Federal, e à Lei Federal nº 14.113/2020;

II – A previsão de recursos destinados ao atendimento à saúde, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 29/2000;

III – A previsão de recursos para garantir a execução dos programas, projetos e ações de assistência social, em conformidade com os arts. 203 e 204 da Constituição Federal.

**Art. 10.** A proposta orçamentária anual atenderá aos princípios da unidade, da universalidade e da anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

**Art. 11.** As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 (doze) meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, bem como os reflexos da política econômica editada pelo Governo Federal e Estadual, em conformidade com o anexo que dispõe sobre as metas fiscais anuais.

**Parágrafo único.** Fica definida como estimativa de receita, a tendência apresentada pela arrecadação municipal verificada no presente exercício, bem como os



efeitos decorrentes de modificações efetuadas na legislação tributária, consoante projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, sendo considerados, ainda, os efeitos de mudanças estruturais e conjunturais na economia sobre a arrecadação municipal.

**Art. 12.** A concessão de benefícios fiscais com base na legislação municipal vigente, bem como qualquer projeto de lei que objetive conceder ou ampliar isenção, incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária, que implique em renúncia de receita, gerando efeitos sobre a receita estimada para o exercício de 2025 e os 2 (dois) seguintes, deverá atender ao inciso I ou II do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 13.** O projeto de lei orçamentária indicará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2025, bem como as medidas de compensação às renúncias de receita.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO**

#### **ORÇAMENTO FISCAL E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 14.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Parágrafo único.** O Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2025, deverá ser encaminhado ao poder Legislativo até 15/10/2024.

**Art. 15.** O projeto de Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais poderão incluir, excluir ou alterar as ações voltadas ao desenvolvimento dos programas governamentais, bem como seus respectivos produtos, metas, unidades de medida, valores e classificação funcional programática, apropriando ao programa correspondente as modificações realizadas.

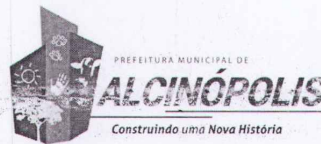
**Art. 16.** Para fins de atendimento do disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, a Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Gerência De Contabilidade e Orçamento, relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2025.

**Art. 17.** O Poder Legislativo terá como limite para despesas correntes e de capital em 2025, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, o disposto no art. 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**Parágrafo único.** O repasse do numerário previsto no **caput** será realizado na forma de duodécimos, conforme estabelecido no art. 271 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 18.** São permitidas transferências financeiras entre o Município e as Autarquias e Fundações, mediante inclusão na Lei Orçamentária Anual dos recursos correspondentes, desde que destinados à realização de programas e ações constantes nos respectivos orçamentos.

**Art. 19.** É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, transferências e operações de crédito externas e internas e para o pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

**Parágrafo único.** O percentual para cumprimento das contrapartidas de que trata o **caput** deste artigo, serão de acordo com o estabelecido nas condições de exigências do Termo a ser celebrado com a União e o Estado de Mato Grosso do Sul.

**Art. 20.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual ou em seus créditos adicionais, de dotações a título de termos de colaboração, termos de fomento ou em acordos de cooperação, ressalvadas àquelas destinadas a Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de atividade continuada, que se encontrem regulares quanto às entregas das prestações de contas dos recursos anteriormente recebidos do Município e que se caracterizam por ser de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas nos respectivos Conselhos Municipais, se for o caso, observadas ainda as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

**Parágrafo único.** Para habilitar-se ao recebimento de recursos por meio de termos de colaboração e termos de fomento, a entidade deverá atender os requisitos previstos nos arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, às vedações consignadas nos arts. 39 e 40 do mesmo diploma legal.

**Art. 21.** Para efeito do disposto no art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo poderá contribuir para o custeio das despesas de outros entes da federação instalados no Município, justificado o interesse público e a relevância social.

**Art. 22.** Será destinado à reserva de contingência, para o exercício de 2025, o montante equivalente de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada, visando ao atendimento de passivos contingentes ou de outros riscos e eventos fiscais imprevistos, desde que estes sejam constituídos por despesas cuja previsão tenha se mostrado insuficiente ou por despesas supervenientes.

**§ 1º** A autorização para utilização dos recursos de que trata o **caput** deste artigo será de competência da Gerência Contabilidade e Orçamento.



**§ 2º** O critério para autorização será o da análise da natureza do fato gerador, apresentado pelo ordenador de despesa, e da sua compatibilidade com a destinação mencionada no caput deste artigo.

**Art. 23.** Verificando-se ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, deverá ser promovida a limitação de empenho e movimentação financeira, nos 30 (trinta) dias subsequentes, conforme instituem os arts. 9º e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 1º** Para cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, fica a Gerência de Contabilidade e Orçamento autorizada a definir cotas orçamentárias e financeiras em período a ser definido em instrumento regulamentar interno, bem como promover a limitação de empenho, quando necessário, no âmbito do Poder Executivo.

**§ 2º** A limitação a que se refere o caput deste artigo será fixada em montantes por Gerências, conjugando-se as prioridades da Administração previstas nesta Lei e respeitadas as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais de execução, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**§ 3º** As Gerências deverão considerar, para efeito de conter despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente, e despesas correntes não afetas a serviços básicos.

**§ 4º** No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

**Art. 24.** Os Fundos Municipais poderão ter as suas despesas realizadas até o montante correspondente ao efetivo ingresso de suas respectivas receitas, ressalvadas as situações nas quais o descompasso das transferências de outras esferas de governo puder causar descontinuidade na execução dos programas.

**Art. 25.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e remanejar por decreto, os valores das categorias econômicas, dos elementos de despesas e dos repasses financeiros, se necessário, às dotações vinculadas aos Fundos, até o limite de suas efetivas arrecadações, obedecendo à forma e dispositivos estabelecidos no art. 31 desta Lei.

**Art. 26.** O Poder Executivo poderá remanejar, por decreto, os valores das categorias econômicas e elementos de despesa referentes a cada convênio firmado com a Administração Direta e Indireta da União e do Estado, de acordo com as necessidades dos





projetos, bem como efetuar suplementações até o limite dos valores das transferências recebidas, caracterizadas como excesso de arrecadação.

**Art. 27.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a transpor, remanejar, transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos da Constituição Federal, e abrir créditos adicionais suplementares entre programas e ações, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, por decreto quando necessário, relativas às despesas do Orçamento Fiscal, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa a ser fixada pela Lei Orçamentária Anual de 2025, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Poder.

**§ 1º** O disposto no caput deste artigo, incluem os Órgãos da Administração Indireta.

**§ 2º** Consideram-se recursos para abertura de crédito adicional suplementar, o disposto nos incs. I a IV, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 28.** Ficam excluídos do limite autorizado no art. 27 desta Lei, os créditos adicionais suplementares destinados a:

**I** – Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e encargos da dívida e pessoal e encargos sociais;

**II** – Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios, fundos especiais, transferências federais e estaduais e parcerias;

**III** – Incorporar o superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, ou excesso de arrecadação;

**IV** – Suplementar dotação utilizando recursos alocados na reserva de contingência e na reserva atuarial;

**V** – Transpor, remanejar, transferir ou suplementar recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação;

**VI** – Atender insuficiência de dotação orçamentária dentro de um mesmo grupo de despesa;

**VII** – Atender suplementações destinadas a atender alterações nas fontes de receitas; e

**VIII** – Atender suplementações para remanejamento dos saldos orçamentários apurados nas unidades que poderão ser criadas, extintas, fusionadas ou



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

incorporadas, para implementação das disposições das leis que alterarão a estrutura administrativa do Poder Executivo.

**Art. 29.** Os créditos adicionais especiais serão autorizados por lei específica e serão destinados a atender objetivos não previstos no orçamento, nos casos de:

I – Despesas executadas com recursos provenientes de transferências e estabelecimento de convênios com órgãos de outras esferas de governo;

II – Operações de crédito; ou

III – Inexistência de dotação orçamentária específica ou com codificação apropriada.

**§ 1º** Os projetos de lei de créditos adicionais especiais, apresentados ao Poder Legislativo para aprovação, os extraordinários e os decretos de créditos suplementares adicionais, editados pelo Poder Executivo obedecerão, sob pena de nulidade, à forma e aos detalhes estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

**§ 2º** Serão publicados os decretos de crédito suplementar, autorizados na Lei Orçamentária Anual, observados os limites e detalhes por ela fixados.

**Art. 30.** São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesa, que viabilizem a realização de despesas, sem a comprovada e suficiente disponibilidade de recursos em dotação orçamentária compatível.

**Art. 31.** Para fins de apuração da disponibilidade de caixa em 31 de dezembro, para fazer frente ao pagamento das despesas compromissadas, decorrentes de obrigações contraídas no exercício, considera-se:

I – A obrigação contraída no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II – A despesa compromissada será apenas o montante cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma de pagamento.

**Art. 32.** O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025 conterá reservas específicas para atender a:

I – Emendas Individuais, aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2024, sendo que 50% (cinquenta por cento) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Alcínópolis/MS.





**II –** Emenda de Bancada Parlamentar de execução obrigatória, no montante de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2024, sendo que 50% (cinquenta por cento) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Alcínópolis/MS.

**Parágrafo único.** O valor orçamentário de que trata o caput deste artigo, depois de apurado, será rateado em igualdade de condições entre os Vereadores no efetivo exercício do mandato para as emendas individuais, e, entre as bancadas de Parlamentares no caso das emendas de bancadas, onde ambas serão inseridas em rubricas próprias no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 33** O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da previdência social, saúde e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

**I –** Do orçamento fiscal, e

**II –** Das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 34** Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa projetada para o exercício com base na proporcionalidade da Receita Corrente Líquida apurada no 3º bimestre de 2024, acrescida de margem que considere os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais.

**Art. 35** No exercício de 2025, os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

**I –** No Poder Legislativo:

**a)** 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extraorçamentários;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**II – No Poder Executivo:**

a) caso o Poder Executivo tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2023, o orçamento de 2025 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 36** Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de demonstrativo do impacto orçamentário nas despesas do município, levando-se em consideração a receita corrente líquida.

**Art. 37** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

**I – No Poder Executivo:**

a) recuperação de vencimentos em percentual máximo de 2,00 % (dois pontos percentuais) acima dos índices inflacionários, desde que não ultrapasse o limite imposto pela Lei Complementar nº 101/2000, para as despesas com pessoal;

b) criação dos cargos, empregos públicos, funções de confiança;

c) reforma do plano de carreira do magistério público municipal e dos demais servidores municipais;

d) realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público;

e) designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

f) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério, na educação básica, quando de saldo dos 70% (setenta por cento) dos recursos oriundos do FUNDEB;





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



g) criação de cargos e/ou empregos públicos para o atendimento de programas da União e do Estado;

h) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Resolução do TC/MS e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

**II – No Poder Legislativo:**

a) recuperação de vencimentos em percentual máximo de 2,00 % (dois pontos percentuais) acima dos índices inflacionários, desde que não ultrapasse o limite imposto pela Lei Complementar nº 101/2000, para as despesas com pessoal;

b) criação dos cargos, empregos públicos, funções de confiança;

c) reforma do plano de cargos e remuneração dos servidores do Poder Legislativo;

d) realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público;

e) designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

f) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Resolução do TC/MS e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

**Parágrafo único.** As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos dos arts. 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 38.** No exercício de 2025 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos percentuais) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos percentuais), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

**I – Situações de emergência ou calamidade pública;**

**II – Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;**



III – A relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível.

**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 39.** Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das demais rendas, se o projeto de lei estiver em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 40.** O projeto de lei que disponha sobre a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 41** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, incluído o principal e os encargos até o montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na época do ajuizamento da ação, não serão objeto de cobrança judicial, ante o princípio da economicidade e não se constitui em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42.** O Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, nos termos dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 43.** Ao final de cada semestre, os Poderes Executivo e Legislativo emitirão os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 44.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias, após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, cronograma de desembolso mensal e metas bimestrais de realização de receitas, nos termos dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 45.** Para os termos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, consideram-se como despesas irrelevantes e obrigações de pequeno valor, aquelas cujo valor não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido no inc. II, art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente corrigido.

**Art. 46.** O Poder Executivo, utilizando-se da prerrogativa estabelecida no inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional e no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/ 2000, providenciará legislação específica para a remissão de créditos tributários e outros valores inferiores ao custo de cobrança administrativa ou judicial.

**Art. 47.** As Unidades Ordenadoras de Despesas deverão estabelecer mecanismos de avaliação quantitativa e qualitativa dos serviços por elas prestados.

**Art. 48.** É de responsabilidade dos Ordenadores de Despesas o cumprimento das disposições contidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 156/2016.

**Art. 49.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alcinópolis-MS, 28 de agosto de 2024.

  
DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



## **ANEXO I**

### **METAS E PRIORIDADES**

#### **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025**

As Metas e as Prioridades para o Exercício de 2025 são estabelecidas nos programas e ações já existentes no Planejamento Orçamentário (Plano Plurianual - PPA 2022-2025), bem como as inclusões nas revisões do Planejamento Orçamentário.

As alocações das dotações orçamentárias nos programas e ações serão distribuídas no ato da elaboração da Lei Orçamentária Anual, momento e que os valores poderão ser revisados e ajustados na LOA-2025.

1. LEGISLATIVA	
1.1 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal;	- Propiciar condições à Câmara Municipal para atender funções Legislativas e Fiscalizadoras.
1.2 - Aperfeiçoamento dos Vereadores e funcionários da Câmara Municipal;	- Melhoria na habilitação do pessoal da Câmara Municipal, nas diversas áreas de atuação Legislativa, criando condições para melhor desempenho de suas funções.
1.3 - Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente;	- Melhorar o atendimento e funcionamento do Poder Legislativo Municipal.
1.4 - Construção, Revitalização, Ampliação e Manutenção dos prédios do Poder Legislativo Municipal.	- Manutenção e Ampliação do Prédio do Legislativo para melhorar o desempenho de suas funções.
1.5 - Reestruturação Administrativa.	- Elevar a qualidade do desempenho da função legislativa através de uma estruturação mais moderna e justa, com adequação de vencimentos compatíveis com as funções de cada setor.
1.6 - Informatização da Câmara Municipal.	- Melhorar o atendimento e funcionamento do Poder Legislativo Municipal.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

2. JUDICIÁRIA	
2.1 - Manutenção do serviço da assessoria jurídica.	- Manter serviço de apoio jurídico de natureza preventiva e assistencial, uniformizar os processos e atos da administração pública.
2.2 - Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	- Manter dotação orçamentária para manutenção e ampliação do atendimento do Conselho Tutelar Municipal, visando às implementações das ações, atividades, programas, capacitações e orientações legais, dando desta forma autonomia ao Conselho.

3. ADMINISTRAÇÃO	
3.1 - Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.	- Prover e manter recursos financeiros para implantação e implementações das ações Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração, bem como contratação de Consultoria e Assessoria com a finalidade de torná-los mais eficiente nos trabalhos a ser executado.
3.2 - Aumento da Receita Municipal	- Prover e manter a atualização da planta genérica de valores do município, realizar levantamento georreferenciado da zona urbana e rural.
3.3 - Reestruturação Administrativa;	- Promover a modernização da estrutura administrativa, para possibilitar agilidade nos procedimentos.
3.4 - Aquisição e manutenção de veículos, equipamentos e material permanente para a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração.	- Dotar a Secretaria de veículo, equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficiente nos trabalhos executado.
3.5 - Aquisição de prêmios para sorteio.	- Promover a premiação aos contribuintes que se encontrarem em dia com os tributos municipais, com fim de aumentar a arrecadação municipal.
3.6 - Promover cursos valorização, treinamentos e capacitações para	- Capacitar os servidores municipais nas diversas áreas de atuação na Administração Pública Municipal, tais como nas áreas de:



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



os servidores da Prefeitura Municipal;	informática, relações humanas, qualidade no atendimento ao público e muitos outros.
3.7 - Levantamento, registro e incorporação do Patrimônio Público Municipal;	- Identificar os bens móveis e imóveis da Prefeitura, atribuir valor, promover a incorporação ou alienação, implantar o cadastro e estabelecer processos de conservação e preservação.
3.8 - Revitalização, ampliação, manutenção e construção de prédios municipais e outros;	- Realizar ações que visem a construção, reforma, ampliação e manutenção de prédios municipais e outros da federação (União e Estado) mediante termo de ajuste.
3.9 – Implementar, revitalizar e manter a estrutura de comunicação.	- Elaborar e divulgar as ações da administração, elaboração de informativos periódicos, soluções de atendimento ao público, realização de eventos, arquivo de informações e arquivo fotográfico.
3.10 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área administrativa.	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área administrativa, visando à implementação das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
3.11 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
3.12 – Manutenção do gabinete.	- Prover e manter recursos para manutenção do gabinete
3.13 – Manutenção do sítio do Município	- Manutenção do sítio do Município com objetivo de divulgar através do Portal da Transparência, as Contas Públicas, bem como a divulgação dos Atos Legais e Oficiais do Município.
3.14 – Pessoal Administrativo.	- Prover e Manter recursos financeiros com objetivo de propiciar aumento de salários aos funcionários públicos do município, respeitando aos limites constitucionais e legais em vigor.
3.15 – Dívida Pública	- Amortização das Dívidas Contratadas pelo Município;
3.16 – Aquisição de Veículos	- Aquisição de Veículos, ônibus que possa atender a demanda do Município, no “Conviver”, “Banda Municipal”, “Desportos” e Outros Departamentos do Município.
3.17 – Plano de Saúde	- Manutenção do Plano de Saúde aos funcionários do Município de Alcínópolis.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



3.18 – Construção do Paço Municipal	- - Construção do Paço Municipal e Núcleo de Secretárias Municipais.
3.19 - Pavimentação Asfáltica de Serras na Zona Rural	- Pavimentação Asfáltica de Serras na Zona Rural
3.20 – Implantar um Sistema de Monitoramento por Câmeras dos Prédios e Áreas públicas e principais vias públicas.	- Implantar um sistema de monitoramento por Câmera nos prédios públicos, Áreas públicas de lazer e nas principais vias públicas de acesso que enviarão imagens de toda a cidade em tempo real para uma central
3.21 – Construção da Cobertura na sede da Associação dos Moradores da Cohabs I, II e III	- Elaborar projetos e a Construção da cobertura da área na sede da Associação dos Moradores das Cohabs I, II e III de Alcinópolis.

**4. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

4.1 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área social.	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área social, visando à implementação das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
4.2 – Manutenção do Programa de Proteção Social Especial de Média Complexidade- CREAS através do Fundo Municipal de Assistência Social.	- Manter e promover atividades e programas que visem prevenção e o combate à violência e exploração sexuais de crianças e adolescentes no município, com a colaboração financeira do Governo Federal.
4.3 – Manutenção e ampliação do Programa Social Básica no Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente através do Fundo Municipal de Assistência Social.	- Manter e promover atividades e programas para a comunidade.
4.4 – Manutenção e ampliação dos Programas de Proteção Social Básica na Geração de Renda através do Fundo Municipal de Assistência Social.	- Manter e promover atividades e programas que visem capacitações, cursos e oficinas, que propiciem à comunidade a geração de renda, visando superar a situação de vulnerabilidade social, com a colaboração financeira do Governo Federal.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



4.5 - Manutenção e ampliação das ações de Assistência Social através do Fundo Municipal de Assistência Social.	- Prover e manter a Rede Municipal de Assistência Social, auferindo recursos financeiros para implantação e implementação de programas, projetos e ações sociais no Município.
4.6 – Manutenção e ampliação das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.	- Prover e manter recursos financeiros para implantação e implementação de programas, projetos e ações sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.7 – Modernização da estrutura Orçamentária dos Fundos Municipais vinculados a Assistência Social	- Prover as dotações para o orçamento do ano vindouro separado por blocos de aplicação e dotações orçamentárias em atendimento ao FNAS, conforme a Portaria MDS nº 113 de dezembro de 2015.
4.8 – Projeto de qualificação profissional através de convênio com outras entidades.	- Propiciar qualificação profissional as famílias de menor poder aquisitivo dando oportunidades de inserção no mercado de trabalho.
4.9 – Manutenção e ampliação do Programa Agente Jovem Trabalhador através do Fundo Municipal de Assistência Social.	- Manter e promover as atividades e programas de apoio ao jovem, com a colaboração financeira do Governo Federal.
4.10 – Implantação e manutenção do PAIF – Programa de Atenção Integral a Família do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.	- Atender as famílias de baixo poder aquisitivo, proporcionado curso de inclusão produtivo para que as mesmas superem a linha da pobreza, fazendo inclusão; com a colaboração financeira do Governo Federal.
4.11 – Manutenção e ampliação do Fundo Municipal de Investimento Social – FIS	- Prover e manter permanentemente a Rede Municipal de Assistência Social, auferindo recursos financeiros para investimento, implantação e implementação de ações sociais no Município, com a colaboração financeira do Governo Estadual.
4.12 – Manutenção e ampliação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA	- Prover e manter permanentemente a Rede Municipal de Assistência Social, auferindo recursos financeiros para assistência à criança e adolescente do Município e firmando parcerias/convênios/fomento com entidades públicas e privadas para atendimento a criança e adolescente.
4.13 – Manutenção e ampliação do Programa de Apoio à Gestante -	- Proporcionar as gestantes carentes condições para uma gestação consciente e responsável.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



através do Fundo Municipal de Assistência Social.	
4.14 – Manutenção e Ampliação do Programa de SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos através do Fundo Municipal de Assistência Social.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realizar atualização das equipes de profissional para melhor atuarem juntos aos usuários do SUAS na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;</li><li>- Implementar a equipe técnica do SCFV e do CRAS;</li><li>- Capacitar colaboradores para atender usuários do SCFV.</li></ul>
4.15 – Implantação, Manutenção e Ampliação do Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional através do Fundo Municipal de Assistência Social.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Viabilizar o acesso aos alimentos necessários para garantir uma dieta adequada e uma vida saudável as famílias vulnerabilidades pela pobreza e exclusão social, fornecendo cestas básicas. Que devem estar cadastradas e de acordo com os requisitos do programa, além de participar de palestras sócias educativas, cursos de capacitação e geração de renda, programas de prevenção da saúde e voltar a estudar.</li></ul>
4.16 - Manutenção e ampliação do Programa Conviver com os Idosos através do Fundo Municipal de Assistência Social.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atender ao idoso, estimulando sua integração social, favorecendo a melhoria de sua convivência na família e na comunidade, com a colaboração financeira do Governo Federal.</li><li>- Construção de Salão de Eventos no Conviver.</li></ul>
4.17 - Apoio a instituições filantrópicas;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Repassar recursos financeiros a título de subvenções sociais a instituições sem fins lucrativos, que atendam de alguma forma a população do Município.</li></ul>
4.18 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção dos espaços físicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, e CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, CACA e Conviver.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dotar o CRAS, CREAS, CACA e CONVIVER de espaço físico adequado para desenvolvimento de seus programas e ações sociais;</li></ul>
4.19 – Manutenção e ampliação do Programa Municipal de Direito Alimentar através do Fundo Municipal de Assistência Social.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar o direito constitucional do cidadão a alimentação, promovendo o auxílio provisório à família deste, através da doação cestas básicas.</li></ul>



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



4.20 – Aquisição e manutenção de veículos, equipamentos e material permanente para a Secretaria Municipal de Assistência Social e CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.	-Dotar a Secretaria e o CRAS de veículo, equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficiente nos trabalhos executado.
4.21 – Atendimento as Famílias de Baixa Renda;	- Conceder atendimento as famílias de baixa renda com auxílios eventuais já definida pelo Conselho Municipal de Assistência Social.  - Doação de material ou mão de obra para pequenos reparos.
4.22 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
4.23 – Construção e manutenção do Lar do Idoso.	- Dar condições para que os Idosos do Município, sem famílias tenham local para ser acolhidos.
4.24 - Implantação da Casa de Acolhimento Transitório através de Parcerias, ou Locação de espaço físico.	- Permitir Acolhimento temporário e proteção social de pessoas que se encontra em trânsito sem local para ser acolhidos.
4.25 – Construção de uma Piscina Semiolímpica.	- Construção de Piscina Semiolímpica
4.26 - Construção de um novo prédio para instalação da Secretarias de Assistência Social.	- Construção de um novo prédio para instalação da Secretaria de Assistência Social.
4.27 – Manutenção de Apoio a APAE – Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alcínópolis-MS.	- Manter o apoio a APAE de Alcínópolis, através de Termo de Fomento, subvenções sociais.

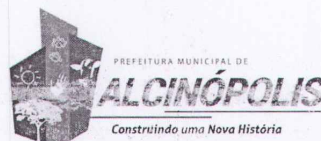
**5. SAÚDE**

5.1 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	- Prover e manter permanentemente a Rede Municipal de Saúde auferindo recursos financeiros para implantação e implementação de ações e serviços públicos essenciais, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS) e estadual.
--	--





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



5.2 - Manutenção e ampliação das ações e Serviços Públicos de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde.	- Prover e manter permanentemente a Rede Municipal de Saúde, auferindo recursos financeiros para implantação e implementação de ações e serviços públicos essenciais.
5.3 - Informatizar e interligar as unidades de saúde através do Fundo Municipal de Saúde.	- Manter informações entre os postos de saúde das consultas efetuadas e distribuição de remédios, resultados de exames, e controle de usuários que utilizam os serviços de saúde do município, melhorando a qualidade e controle de atendimento dos usuários.
5.4 - Manutenção e ampliação do Programa de Assistência Farmacêutica (Farmácia Básica), com inclusão de medicamentos que ainda não ofertados na rede via Fundo Municipal de Saúde.	- Proporcionar às pessoas carentes o acesso aos medicamentos básicos e específicos Programas de saúde desenvolvidos na rede, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS) e estadual.
5.5 - Atendimentos ambulatoriais, emergenciais e hospitalares a população através do Fundo Municipal de Saúde.	- Promover acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no Sistema Único de Saúde (SUS).
5.6 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde.	- Manter dotação orçamentária para manutenção do Conselho Municipal de Saúde, visando à implementações das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
5.7 - Manutenção e ampliação do Piso de Atenção Básica – Fixo através do Fundo Municipal de Saúde	- Qualificar os atendimento e acompanhamentos na área de saúde da municipalidade, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS) e estadual.
5.8 - Manutenção e ampliação de Saúde da família – PSF através do Fundo Municipal de Saúde	- Aumentar e qualificar o número de atendimento e acompanhamento do PSF da municipalidade, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS) e estadual.
5.9 - Manutenção e ampliação das ações de Prevenção e tratamento dos problemas odontológicos da	- Manter o atendimento odontológico á população em geral com a realização das ações educativas, preventiva e curativa para toda



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



municipalidade através do Fundo Municipal de Saúde.	população, e nas escolas da rede pública de ensino, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS)
5.10 - Manutenção e Ampliação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, através do Fundo Municipal de saúde	- Aumentar e qualificar o número de atendimentos e acompanhamentos dos agentes na municipalidade, com a colaboração financeira do Governo Estadual.
5.11 - Manutenção e ampliação das ações da Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças através do Fundo Municipal de Saúde	- Aumentar e qualificar o número de atendimentos e acompanhamento da Vigilância na municipalidade, com a colaboração financeira do Governo federal (SUS) e estadual.
5.12 - Manutenção e ampliação das ações de Combate a carência Nutricional através do Fundo Municipal de Saúde	- Aumentar e qualificar o número de atendimento e acompanhamento na municipalidade.
5.13 - Manutenção e ampliação das ações Básica de Vigilância Sanitária via Fundo Municipal de Saúde.	- Aumentar e qualificar o número de atendimento e acompanhamento da vigilância sanitária na municipalidade, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS) e estadual.
5.14 - Construção, Manutenção, revitalização e ampliação das unidades de saúde existentes e as que forem construídas, através do Fundo Municipal de Saúde	- Dar condições e meios para que as unidades de saúde do município cumpram suas finalidades.
5.15 - Manutenção e ampliação do Atendimento no Hospital Municipal – através do Fundo Municipal de Saúde.	- Levar atendimento médico a toda a população, oferecendo serviço ambulatorial e urgência e emergência, com colaboração Financeira do Governo Estadual.
5.16 - Aquisição e manutenção de Unidade móvel de saúde (com gabinete médico / odontológico) para atendimento as comunidades	- Oferecer a população rural um melhor atendimento e tratamento odontológico continuado





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**ALCINÓPOLIS**

Construindo uma Nova História

rurais do município através do Fundo Municipal de Saúde.	
5.17 - Manutenção e ampliação das ações de Controle de Endemias via Fundo Municipal de Saúde.	- Aumentar e qualificar o número de visitas e acompanhamento do controle de endemias na municipalidade, com a colaboração financeira do Governo Federal (SUS) e estadual.
5.18 - Aquisição e manutenção de veículos, equipamento e material permanente para os setores ligado a saúde municipal através do Fundo Municipal de Saúde.	- Dotar a secretaria, Unidade de Saúde e Hospital de veículos, equipamento e matérias para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficiente nos trabalhos executados.
5.19 - Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundação e ou Autarquia Estadual e Federal.
5.20 - Apoio as instituições filantrópicas através do Fundo Municipal de Saúde.	- Repassar recursos financeiros a título de subvenção social a instituições sem fins lucrativos, que atendam de alguma forma a população do município.
5.21 – Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	- Dotar de Máquinas e Equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas ações;  -Aquisição de Veículos, Ambulância e micro-ônibus com Acessibilidade;  - Reformas dos Prédios Públicos da Saúde;  - Construção de uma Unidade Básica de Saúde no povoado Novo Belo Horizonte.
5.22 - Construção de um novo prédio para instalação da Secretaria de Saúde.	- Construção de um novo prédio para instalação da Secretaria de Saúde.
5.23 - Apoio a instituições filantrópicas;	- Repassar recursos financeiros a título de subvenções sociais a instituições sem fins lucrativos, que atendam de alguma forma a população do Município.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

5.24 – Manutenção da Academia da Saúde e do Centro de Endemias.	- Dotar de Equipamentos, mobiliário geral para desenvolvimento das atividades fins.
---	---

6. EDUCAÇÃO	
6.1 - Manutenção do Ensino Fundamental;	- Promover permanentemente assistência e manutenção da rede escolar municipal da zona urbana e rural.
6.2 - Manutenção da Educação Infantil	- Promover permanentemente assistência e manutenção da educação infantil.
6.3 - Desenvolvimento de programas de redução do índice de repetência;	- Implantar e programar aulas suplementares para possibilitar melhor aproveitamento do ensino e redução dos índices de repetência e evasão escolar.
6.4 - Construção, manutenção, revitalização e ampliação dos espaços físicos destinados a Educação Infantil e Ensino Fundamental da municipalidade;	- Proporcionar aos estudantes e professores melhores condições para as atividades escolares.  - Construção de Centros de Educação Infantil, para atendimento às crianças de 0 a 06 anos.
6.5 - Informatização das unidades escolares municipais;	- Proporcionar aos estudantes e professores melhores condições para as atividades escolares.
6.6 – Firmar parcerias com diversas entidades civis e instituições governamentais para dar capacitação, cursos, oficinas e treinamentos dos profissionais que atuam na educação da rede municipal;	- Estabelecer parcerias para formação dos Profissionais que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município.
6.7 – Manutenção da Educação Especial	- Promover permanentemente assistência e manutenção da educação especial.
6.8 – Aquisição e manutenção do Programa de Transporte Escolar;	- Prover de transporte escolar as zonas rurais, assentamentos, acampamentos, distritos e quando necessário, em parceria com os Governos Federal e Estadual.





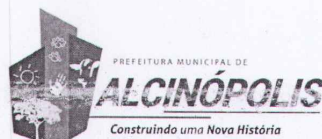
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



6.9 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir com a colaboração dos Governos Federal e Estadual, o provimento da alimentação escolar e o equilíbrio necessário garantindo os níveis calórico-proteicos por faixa etária.</li><li>- Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.</li></ul>
6.10 – Assegurar as propostas pedagógicas formuladas pelas Escolas Municipais – Constituinte Escolar	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar que todas as Escolas Municipais tenham formulado suas propostas pedagógicas; com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural; bem como adequar as matrizes curriculares com o componente curricular adequado ao seu meio.</li></ul>
6.11 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área educacional.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área educacional, visando à implementação das ações, e capacitações e orientações legais, dando autonomia a Rede Municipal de Ensino em suas deliberações.</li></ul>
6.12 – Manutenção do Programa de Auxílio Universitário do Município;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Proporcionar condições de transporte e auxílio financeiro para o estudante universitário, dando-lhes condições de permanecer no Município.</li></ul>
6.14 - Apoio a instituições filantrópicas;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Repassar recursos financeiros a título de subvenções sociais a instituições sem fins lucrativos, que atendam de alguma forma a população do Município.</li></ul>
6.15 – Manutenção, Estruturação e manutenção do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prover e manter permanentemente a Rede Municipal de Educação, auferindo recursos financeiros para implantação e implementação de programas e projetos educacionais no Município, com colaboração financeira Multigovernamentais.</li></ul>
6.16 – Construção, Revitalização, Ampliação e Manutenção das Bibliotecas Escolares Municipais;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Propiciar aos alunos das escolas municipais espaços físicos adequados à ampliação de seus conhecimentos.</li></ul>
6.17 – Aquisição e manutenção dos acervos e equipamentos permanentes para as Bibliotecas Escolares Municipais	<ul style="list-style-type: none"><li>- Propiciar aos alunos da rede municipal de ensino a ampliação de seus conhecimentos com a aquisição equipamentos permanentes e de livros, periódicos, jornais, gibis, vídeos, CDs, DVDs, CDROM e congêneres para estudo, pesquisa e consulta; e também a informatização das Bibliotecas Escolares.</li></ul>



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

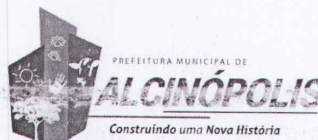


6.18 – Distribuição de uniformes escolares para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da municipalidade.	- Proporcionar gratuitamente os uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino.
6.19 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prover e manter recursos financeiros para implantação e implementar de programas, projetos e ações da Secretaria Municipal de Educação.</li><li>- Reforma e ampliação do prédio da Secretaria Municipal de Educação;</li><li>- Adequação da estrutura física do prédio da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares nas Normas da Acessibilidade.</li></ul>
6.20 – Aquisição e manutenção de veículos, equipamentos e material permanente para os setores ligados a educação.	-Dotar a Secretaria e as Unidades Escolares de veículo, equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficientes nos trabalhos executados.
6.21 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
6.22 – Manutenção do Programa Aluno Nota Dez;	- Manter o programa Aluno Nota Dez, com objetivo de incentivar e valorizar os melhores alunos das Escolas Municipais de Alcínópolis.
6.23 - Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA	- Manter o Programa de Educação de Jovens e Adultos com objetivo de oferecer aos jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, apenados e jovens em conflito com a lei, fora da faixa etária, da escolaridade regular a conclusão e continuidade de estudos;
6.24 – Criar o Programa de Incentivo “Volta as Aulas”	- Criar incentivo aos alunos do município que deixaram de frequentar as aulas, com objetivo combater a evasão escolar do município.
6.25 – Construção de Salas de Aulas nas Escolas Municipais e Reformas das Escolas do Município.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Construir novas Salas de Aulas nas Escolas do Município;</li><li>- Reformar e Ampliar as Escolas do Município</li></ul>





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



6.26 – Manutenção da Garagem do Transporte Escolar com Capacitação de Energia Solar	- Garagem para veículos do transporte escolar com centro de captação de Energia Solar
6.27 - Construção de um novo prédio para instalação da Secretaria de Educação.	- Construção de um novo prédio para instalação da Secretaria de Educação.

**7. CULTURA**

7.1 – Implantação, estruturação, construção e manutenção do arquivo municipal através da CULTURA.	- Implantar um arquivo municipal para organizar documentos e leis, através de sistema informatizado para preservação da memória documental para o estudo, pesquisa e consulta.
7.2 – Manutenção da Banda Municipal através da CULTURA.	- Manter dotação orçamentária para manutenção da Banda Municipal que visa desenvolver ações no campo da música para comunidade carente e da rede pública de ensino.
7.3 – Construção, Revitalização, Ampliação e Manutenção das Bibliotecas Públicas e Itinerantes Municipais através da CULTURA.	- Propiciar a população em geral espaços físicos adequados para a ampliação dos conhecimentos e manter a Biblioteca Municipal.
7.4 – Aquisição e manutenção dos acervos e equipamentos permanentes das Bibliotecas Públicas e Itinerantes Municipais através da CULTURA.	- Propiciar comunidade a ampliação de seus conhecimentos com a aquisição equipamentos permanentes e de livros, periódicos, jornais, gibis, vídeos, CDs, DVDs, CDROM e congêneres para estudo, pesquisa e consulta; e a informatização das Bibliotecas Públicas.
7.5 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção dos espaços físicos destinados a atividades culturais Casa da Cultura	- Dotar os espaços físicos destinados à cultura de uma estrutura adequada para atender a comunidade, visando proporcionar espaços adequados para realização de eventos culturais e turísticos à comunidade.
7.6 – Realizar e Apoiar a realização e promoção de eventos culturais no município através da CULTURA.	- Proporcionar a comunidade acesso e apoio a eventos culturais realizados pelo Executivo Municipal e Sociedade Civil Organizada.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



7.7 – Manutenção e Aquisição de equipamentos e materiais permanente, imóveis e veículos da CULTURA.	- Manter e adquirir equipamentos e materiais permanentes, imóveis e veículos para o melhor desenvolvimento de seus programas, projetos e ações culturais;
7.8 – Realizar e Apoiar a realização e promoção de eventos no município.	- Proporcionar a comunidade acessos a eventos culturais, turísticos, esportivos, ambientais, educacionais, agropecuários, industriais, comerciais e recreativos, e festivos realizados pelo Executivo Municipal e Sociedade Civil Organizada.
7.9 - Apoio a instituições filantrópicas;	- Repassar recursos financeiros a título de subvenções sociais a instituições sem fins lucrativos, que atendam de alguma forma a população do Município.
7.10 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção de espaços físicos destinados à realização eventos.	- Dotar o Município de espaço físico adequado para realização de palestras, cursos, seminários, conferências, oficinas, audiências públicas, eventos culturais, turísticos, esportivos, ambientais, educacionais, agropecuários, industriais, comerciais, diversão e lazer; visando o desenvolvimento da municipalidade;
7.11 – Manutenção da Coordenadoria Municipal de Cultura.	- Fomentar e Manter os programas, projetos e eventos culturais na zona urbana e rural da municipalidade.
7.12 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área cultural	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área cultural, visando à implementação de ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
7.13 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
7.14 – Manutenção das premiações culturais, artísticas e científicas.	- Manter as premiações visando à valorização cultural, artística e científica da municipalidade.
7.15 – Tombamento, Manutenção do Patrimônio Histórico e Arqueológico de Alcínópolis.	Manutenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico de Alcínópolis; criação do Museu de Alcínópolis, com objetivo de guardar e zelar do patrimônio histórico do nosso município.

**8. DIREITOS DA CIDADANIA**





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

8.1 – Programa de Inclusão social de carente relativo à identificação como cidadão;	- Proporcionar a comunidade carente acesso aos registros de documentos de identificação pessoal, eleitoral, previdenciário e necessário à condição de cidadão.
8.2 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área direitos da cidadania.	- Manutenção dos Conselhos dos direitos da cidadania, visando às implementações das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
8.3 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.

**9. URBANISMO**

9.1 – Construção de rampas de acesso aos portadores de deficiências físicas em todos os locais públicos;	- Propiciar melhores condições aos deficientes físicos.
9.2 – Construção e ampliação da rede de esgoto e da rede e galerias de águas pluviais;	- Melhorar o saneamento básico do nosso município, a fim de prevenir eventuais danos ambientais, contaminações, proliferação de doença, além de combater possíveis problemas alagamento em razão das chuvas.
9.3 - Manutenção e aquisição de equipamentos e veículos rodoviários	- Criar condições para prover a permanente assistência de toda a estrutura rural do Município;
9.4 - Ampliação e manutenção da Rede de Iluminação Pública	- Complementar a iluminação pública e ampliar a rede;
9.5 - Pavimentação, Drenagem e outras obras nas Vias Urbanas e Povoado Novo Belo Horizonte.	- Prover o Município de recursos para que a execução do plano de pavimentação, Drenagem e outras obras sejam viáveis para a população.
9.6 - Aquisição e manutenção de veículos, máquinas e equipamentos.	- Criar condições para manter equipamentos próprios para manutenção das Vias Públicas Urbanas, Estradas Rurais do município, proporcionando melhores condições de trabalho para os servidores e melhoria do atendimento ao público.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**ALCINÓPOLIS**

Construindo uma Nova História

9.7 - Manutenção e recuperação de estradas vicinais e recuperação de pavimento e pontes;	- Criar condições para o tráfego de veículos, pessoas e animais, dotando as estradas vicinais de perfeitas condições de tráfego.
9.8 - Construção de parques infantis nos bairros e distritos;	- Criar espaços apropriados ao lazer, recreação e convivência social das crianças.
9.9 - Construção, ampliação, revitalização e manutenção de praças, parques e centros em áreas urbanas, distritos e assentamentos do município;	- Oferecer à população, novos espaços e melhores condições para o lazer, esporte, entretenimento e aprendizagem;
9.10 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.	- Prover e manter recursos financeiros para implantação e implementação de ações da Gerência Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
9.11 - Desenvolver uma política de urbanização e estruturação no Município em conjunto com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e o setor de Planejamento Municipal;	- Implantar projetos e programas de paisagismo, arborização urbana, proteção e recuperação de fundos de vale.
9.12 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais de urbanismo.	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais de urbanismo, visando à implementações das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
9.13 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
9.14 – Construção de Calçadas em Parceria com os proprietários dos Imóveis com Acessibilidades para deficientes.	- Desenvolver os programas e projetos na municipalidade em parceria com os proprietários com a finalidade de construção de calçadas na cidade com acessibilidades nas esquinas para deficientes.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



9.15 – Coleta de Lixo e Limpeza Urbana	- Contratar empresa especializada para efetuar a limpeza pública, e coleta do lixo e entulhos domésticos, bem como, poda de árvore, varrições das ruas públicas e limpeza pública geral da cidade.
--	--

10. HABITAÇÃO	
10.1 – Implantar e estruturar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.	- Com o FMHIS pretende-se implementar um programa de redução gradual do déficit habitacional no Município.
10.2 – Implantar Programa Habitacional de Interesse Social;	- Proporcionar condições para implantação de núcleos habitacionais com cessão ou aquisição de áreas e/ou doação de materiais de construção para reforma e serviços ou construção de moradias para famílias carentes.
10.3 – Programa de urbanização, regularização fundiária e construção de habitações.	- Eliminar o problema de sub - habitação e regularização fundiária no município.
10.4 – Construções de casas populares	- Programar a construção de casas populares para reduzir gradualmente o déficit habitacional no Município.
10.5 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área de habitação.	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área de habitação, visando à implementação de ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
10.6 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
10.7 – Programa “Construindo Sonhos”	- Construção de Casas em Parcerias com os proprietários dos Imóveis, Município, União e Estado.
10.8 – Casas Populares	- Implantar Programa de Doação de Casas Populares com Terrenos em parcerias da União, Estado e Município.

**11. SANEAMENTO**



11.1 – Manutenção do sistema de saneamento básico	- Dotar a municipalidade de mais um complemento voltado ao bem estar e a saúde dos munícipes atendendo as normas OMS – Organização Mundial de Saúde.
11.2 – Melhoria das condições habitacionais de infraestrutura e de saneamento básico, incluindo estação de tratamento.	- Melhorar a condição das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos subnormais nas aglomerações urbanas, por meio de ações integradas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana.
11.3 – Estruturação do Aterro de Inertes e da Estação de Transbordo.	- Promover o Licenciamento Ambiental destas áreas e executar as condicionantes propostas pelo órgão ambiental estadual.
11.4 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
11.5- Implantação de Unidade de Triagem de Resíduos Recicláveis	- Garantir a segurança e o bem-estar dos trabalhadores que fazem a segregação dos resíduos recicláveis, garantindo a qualidade dos produtos a serem comercializados, bem como atender normas estipuladas pela PNRS.
11.6 – Implantação de Ecoporto no local onde atualmente é a COOPERCAL	- Garantir a destinação final ambientalmente adequada aos resíduos volumosos, bem como aqueles destinados à logística reversa

## 12. GESTÃO AMBIENTAL

12.1 – Implantação e manutenção das ações de Educação e Conservação Meio Ambiente;	- Desenvolver atividades visando à educação da população na proteção do meio ambiente e investimentos na manutenção do controle ambiental.
12.2 – Manter convênios com entidades governamentais para manutenção do viveiro de mudas municipal.	- Proporcionar recomposição de matas ciliares e reservas permanentes e trabalhar em reflorestamento de reservas.
12.3 – Implantar e Manter programa de coleta seletiva de lixo urbanos, e gestão de resíduos sólidos e hospitalares;	- Criar oportunidade de geração de renda com a reciclagem dos resíduos sólidos e orgânicos e redução do impacto ambiental causado.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



12.4 – Elaboração de estudo para implantação e manutenção Unidades de Conservação-UC.	- Promover a criação de UC's em áreas de interesse público de relevância para a conservação ambiental, bem como prover a essas áreas de estudos como Plano Operacional e Plano de Manejo previstos no SNUC.
12.5 – Promover a recuperação de áreas degradadas	- Recuperar áreas de interesse ambiental que estejam sofrendo processos de degradação, principalmente dentro das UC's localizadas em território municipal e área de entorno, e propriedades cujos processos erosivos estejam afetando direta e indiretamente o rio Taquari e seus afluentes.
12.6 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área de Meio Ambiente.	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área de Meio Ambiente, visando à implementação das ações, deliberações, capacitações e orientações legais.
12.7 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
12.8 – Criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Alcínópolis, desvinculando do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Alcínópolis já existente.	- Implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.
12.9 – Manutenção da Casa Parque	- Prover a manutenção da Casa Parque localizada em UC municipal. Elaborar projetos e implantar novas estruturas físicas a estes locais para fomentar o ecoturismo dentro das UC's.
12.10- Gestão de Unidades de Conservação	- Garantir a manutenção das estruturas e serviços das UC's localizadas dentro do território municipal.
12.11 - Criar mecanismos para a aplicação das leis ambientais existentes, em consonância com o código de posturas e a Lei Orgânica do município;	- Assegurar a aplicabilidade das leis através da regulamentação das mesmas e do estabelecimento dos procedimentos administrativos.
12.12 – Garantir o funcionamento do software para a cobrança da taxa do lixo	- Assegurar a manutenção do sistema e garantir melhorias futuras para que haja um método adequado de cobrança popular.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

12.13- Apoiar as ações de manutenção do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari.	- Possibilitar as ações de manutenção do PENT através de recursos humanos, material de consumo e construção, entre outros.
12.14 - Aquisição de equipamentos para a brigada de incêndios florestais;	- Aquisição de equipamentos para a brigada de incêndios florestais;
12.15 - Construção e equipagem de uma URR - Unidade de Reciclagem de Resíduos Sólidos;	- Construção e equipagem de uma URR - Unidade de Reciclagem de Resíduos Sólidos;

13. AGROPECUÁRIA	
13.1 - Aquisição de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para manutenção da patrulha mecanizada;	- Implantar programas de conservação de solo e água em micro bacias e atender pequenos produtores na manutenção do processo produtivo municipal.
13.2 - Desenvolvimento do programa da Horta Municipal;	- Implantar ações para o fortalecimento da nutrição das populações carentes do município.
13.3 - Estabelecer convênios com universidades, e outras instituições afins para o desenvolvimento de pesquisas, estudos e projetos na área de produção orgânica de alimentos preferencialmente em pequenas e médias propriedades rurais;	- Incentivar o desenvolvimento de pesquisa científica no município, voltado para a conservação da natureza e inclusão dos pequenos e médios produtores no mercado de produtos orgânicos.
13.4 - Implantação, em parceria com o Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras instituições afins, de um programa de capacitação voltado para a área agropecuária, ambiental e técnicas de criação de pequenos animais;	- Criar condições para a realização de cursos profissionalizantes, indispensáveis para a capacitação de mão-de-obra e dotar o município para que tenha condições de fomentar a criação de pequenos animais através da extensão rural e difusão de tecnologias.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



13.5 - Incentivar nas pequenas propriedades e assentamentos rurais a produção orgânica de alimentos, criando mecanismos para o abastecimento do comércio local e promover a certificação municipal para produtos organicamente produzidos.	- Fomentar e apoiar a produção orgânica no município, visando a disponibilização de produtos de alta qualidade à população local. Instituir mecanismos de certificação para a produção orgânica, assim como comprometida com a manutenção da Qualidade ambiental, reativação da “Feira do Produtor”
13.6 - Manutenção do viveiro de mudas, visando o seu fortalecimento;	- Dar condições ao viveiro de mudas municipal para produção de mudas de espécies florestais nativas, frutíferas, medicinais e ornamentais.
13.7 - Implantações de curvas de nível em pequenas áreas rurais	- Curvas de nível em assentamentos e pequenas áreas rurais.
13.8 - Implementação e Manutenção do banco de dados da área rural.	- Cadastramento de 100% dos agricultores tradicionais, pecuaristas, indústria, comércio, meio ambientes e assentados do município.
13.9 - Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio ambiente	- Prover e manter recursos financeiros para implantação e implementação de programas, projetos e ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio ambiente.
13.10 – Manutenções dos Conselhos e Comissões Municipais da área de agropecuária.	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área de agropecuária, visando à implementação das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
13.11 – Aquisição e manutenção de veículos, equipamentos e material permanente para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.	-Dotar a Secretaria de veículo, equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficientes nos trabalhos executados.
13.12 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
13.13 – Aquisição de Equipamentos e insumos agrícolas para a produção leiteira.	- Prover o município em suas regiões com equipamentos e insumos agrícolas que propiciam a produção de leite e derivados produzidos em nosso município.



13.14 – Implantar Parceria com Entidades Especializadas em Experimento na Agropecuária.	- Realizar parcerias com Entidades para experimento no solo do município, para cultivo de soja, cana de açúcar, frutas e outros tipos de produção visando ampliar a produtividade da agricultura e mecanismo de desenvolvimento melhor na atividade da pecuária.
13.16- Estimular a Produção de Hortifruti e o Programa Mais Agro.	<p>- Desenvolver projetos que estimulam a produção de hortifrúti para os produtores da agricultura familiar e pequenos agricultores locais, garantindo a produção com insumos agrícolas, patrulha mecanizada e assistência técnica.</p> <p>- Programa Mais Agro (Pitaya, Limão, Psicultura, Pastagem, Recuperação de Bacias - Todos os projetos municipais que atende o pequeno produtor);</p>
13.17 – Estimular a produção de Peixes.	- Desenvolver projeto que estimulam a produção de Peixe, investimentos que vem transformando atividade econômica de mercado, com destaque para fabricação de ração, produção de alevinos e em infraestrutura das unidades de produção. a piscicultura assume importância cada vez maior na produção de alimentos, com uma taxa de crescimento de 10% ao ano
13.18 - Aquisição de implementos Agrícolas (Ensiladeira, Trator e Roçadeira).	- Aquisição de implementos Agrícolas (Ensiladeira, trator e Roçadeira).
13.19 - Programa de subsídio ao Pequeno Produtor Rural.	Programa de subsídio financeiro dos juros ao Pequeno Produtor Rural "Juros Zero". com parcerias das instituições financeiras.
13.20 – Aquisição de Caminhão Resfriador.	- Aquisição de Caminhão Resfriador (7000kg a 8000 kg).

#### 14. INDÚSTRIA

14.1 – Implantação, Promoção e Incentivo a instalação de empresas e indústria através da instalação do Polo Industrial.	<p>- Suplementares programas de incentivos para instalação de empresas, indústrias com a cessão de área e ou edificações visando a geração de emprego e renda no município.</p> <p>- Infraestrutura Polo Industrial com a parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Habitação e do Governo do Estado.</p>
---	--





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

14.2 – Manutenções dos Conselhos e Comissões Municipais da área de indústria	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área de indústria, visando à implementação de ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
14.3 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
14.4 – Implantação de Indústria Municipal Leiteira.	- Instalar Indústria Municipal para beneficiamento da produção de leite e derivados.
14.5- Implantação de Indústria Municipal de beneficiamento de frutas	- Promover renda aos produtores de hortifrúti da agricultura familiar e pequenos produtores do município, bem como melhor a qualidade dos produtos ofertados para o comércio local e regional.
14.6- Incentivar as pequenas agroindústrias locais	- Elaborar programas e projetos de incentivo para a implantação de pequenas agroindústrias no município.

**15. COMÉRCIO E SERVIÇOS**

15.1 - Programa de capacitação profissional para os setores de comercio, serviços e indústria.	- Proporcionar através de entidades do setor, SENAI, SESI, SEBRAE, cursos profissionalizante e de capacitação para o setor.
15.2 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
15.3 – Criar Banco Municipal.	- Criar a instituição de Crédito Individual e/ou com parcerias pública ou privadas com objetivo de geração de empregos e rendas por meio de concessão de microcrédito para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos.
15.4 – Associação Comercial de Alcínópolis e outras entidades do segundo e terceiro setor.	- Firmar parcerias com Associação Comercial do município e outras entidades, com finalidade de desenvolvimento do comércio local.
15.5 – Programa de subsídio ao Comércio Local.	- Programa de subsídio financeiro dos juros com Comércio Local "Juros Zero". com parcerias das instituições financeiras.



16. TRÂNSITO E TRANSPORTE	
16.1 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção dos espaços físicos destinados a AGETRAM – Agência de Trânsito Municipal.	- Dotar os espaços físicos da Agência de Trânsito Municipal de uma estrutura adequada para atender a comunidade;
16.2 - Manutenção da sinalização de trânsito e turística do município.	- Garantir a segurança no trânsito aos motoristas e usuários das vias públicas do Município.
16.3 - Construção de abrigos para pontos de ônibus escolares;	- Atender aos usuários com a instalação adequada de abrigos para aguardar os veículos de transporte sob a proteção de chuvas e sol.
16.4 - Manutenção do convênio da Prefeitura Municipal, com a Polícia Militar do Governo Estado.	- Fiscalização e controle do trânsito municipal via Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.
16.5 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
16.6 – Construção de uma Ciclovía	- Construção de Ciclovias.

17. DESPORTO E LAZER	
17.1 – Apoio a instituições filantrópicas;	- Repassar recursos financeiros a título de subvenções sociais a instituições sem fins lucrativos, que atendam de alguma forma a população do Município.
17.2 – Programa de apoio ao desporto amador e profissional;	- Promover e ou apoiar competições esportivas em todas as modalidades envolvendo as associações e entidades interessadas;
17.3 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção de Praças de Esportes e Lazer.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dotar a área urbana e distritos com praças de esportes e lazer.</li><li>- Aquisição e Instalação de Playground na Praça Central e Praça da Bíblia.</li><li>- Construção de Banheiros e uma Pista de Skate públicos na Praça da Bíblia</li><li>- Construção da Praça da 1ª Infância no conjunto habitacional Estrela Dalva (Projeto Urban 95).</li></ul>





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ALCINÓPOLIS**  
Construindo uma Nova História

17.4 – Melhoramento do Estádio Municipal;	- Programar ações para melhoramento do estádio municipal.
17.5 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção de praças de esportes na zona rural	- A implantação das praças de esportes tem por objetivo difundir a prática de esportes nos assentamentos.
17.6 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
17.11 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área desportiva e de lazer	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área desportiva e de lazer, visando à implementação das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
17.8 – Aquisição e manutenção de veículos, equipamentos e material permanente para o Núcleo Municipal de Esporte e Lazer	-Dotar ao Núcleo de veículo, equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficientes nos trabalhos executados.
17.9 – Manutenções do Núcleo Municipal de Esporte e Lazer	- Manter os programas, projetos e ações esportivas e de lazer na zona urbana e rural da municipalidade.
17.10 – Revitalização da iluminação do estádio municipal “Joaquim Pereira França”.	- Revitalização da iluminação do Estádio municipal “Joaquim Pereira França”.
17.11 – Aquisição de Veículos	- Aquisição de Ônibus e Veículos para Desporto do Município.
17.12 - Aquisição terreno e construção de área de lazer;	- Aquisição terreno e construção de área de lazer;
17.13 - Construção da praça do conjunto habitacional nascer do sol.	- Construção da praça do conjunto habitacional nascer do sol.
17.14 – Programa MS Bom de Bola	- Manutenção do Programa MS Bom de Bola - Aquisição e Instalação de Playground



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



	- Construção de Banheiros públicos
--	------------------------------------

18. TURISMO	
18.1 - Implantação e Incentivo as Atividades Turísticas.	- Desenvolver trabalhos e campanhas voltados desenvolvimento e divulgação das potencialidades turísticas e geração de novos empregos através da exploração do turismo no município com programas, projetos e ações de capacitação e melhorias do setor turístico.
18.2 – Construção, revitalização, ampliação e manutenção de espaços físicos destinados à realização eventos.	- Dotar o Município de espaço físico adequado para realização de palestras, cursos, seminários, conferências, oficinas, audiências públicas, eventos culturais, turísticos, esportivos, ambientais, educacionais, agropecuários, industriais, comerciais, diversão e lazer; visando o desenvolvimento da municipalidade;
18.3 – Manutenção da Coordenadoria Municipal de Turismo.	- Fomentar e Manter os programas, projetos e eventos culturais e turísticos na zona urbana e rural da municipalidade.
18.4 – Manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área turística	- Manter dotação orçamentária para manutenção dos Conselhos e Comissões Municipais da área turística, visando à implementação das ações, capacitações e orientações legais, dando autonomia as suas deliberações.
18.5 – Promover, incentivar e manter ações conjuntas com o Governo Estadual e Federal.	- Desenvolver atividades, programas e projetos na municipalidade em parceria com os Ministérios, Secretarias de Estado, Fundações e/ou Autarquias Estaduais e Federais.
18.6 – Aquisição e manutenção de veículos, equipamentos e material permanente para a Coordenadoria Municipal de Turismo.	-Dotar a Coordenadoria Municipal de Turismo de veículo, equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e procedendo a correta manutenção, visando torná-los mais eficiente nos trabalhos executado.
18-7 – Criar o Fundo Municipal de Turismo de Alcínópolis, desvinculando do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Alcínópolis já existente.	- Criar instrumento de captação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pela entidade municipal como de interesse jurídico e fomentar as atividades relacionadas ao turismo do Município, visando criar alternativas de geração de emprego, melhoria de renda e qualidade de vida da população de Alcínópolis.






**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



18.8- Melhorias e implantação de estruturas turísticas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a instalação de estruturas físicas para o fomento do turismo tais como sinalização de trilhas, instalação de passarelas, escadas e decks nas Uc's do município e implantação de um Centro de Atendimento ao Turista (CAT) na zona urbana da cidade.</li><li>- Melhorar a sinalização dos atrativos turísticos na zona urbana, vias adjacentes e rodovias</li></ul>
18.9 – Construção ampliação da Casa Parque	<ul style="list-style-type: none"><li>- Obra de Reforma, construção e ampliação das estruturas da casa parque para turistas e caseiro (Construção de casa para caseiro, construção de apoio para turista).</li></ul>

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de agosto de 2024.

  
DALMYCRISÓSTOMO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

Anexo I - ARF - Anexo de Riscos Fiscais, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	20.000,00	Abertura de Acreditos suplementar a partir de (remanejamento das reservas de contingencia, a partir do excesso de arrecadacao, se ocorrer e a partir do cancelamento de outras despesas)	100.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	40.000,00		
Outros Passivos Contingentes	40.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>





RS 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027				2028
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a) (PIB)	% RCL (a) (RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b) (PIB)	% RCL (b) (RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c) (PIB)	% RCL (c) (RCL)	
	(a)	(a)	(a)	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(c)	(c)	(c)	
Receita Total	79.789.946,60	77.795.197,04	0,04741%	106,00%	82.901.544,79	79.771.625,96	0,04834%	106,00%	87.056.083,08	82.929.681,00	0,04834%	106,00%	
Receitas Primárias (I)	79.789.946,60	77.795.197,04	0,04741%	106,00%	82.901.544,79	79.771.625,96	0,04834%	106,00%	87.056.083,08	82.929.681,00	0,04834%	106,00%	
Receitas Secundárias (II)	74.990.211,60	71.085.231,60	0,04679%	95,94%	77.948.420,31	74.944.803,11	0,04754%	95,94%	82.724.856,58	77.948.420,31	0,04754%	95,94%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	79.789.946,60	6.833.954,40	9,31%	7.289.515,18	7.107.132,58	0,04844%	9,31%	7.471.790,14	7.284.395,50	0,04844%	9,31%		
Transferências Correntes	4.841.339,60	65.757.256,16	0,04704%	89,60%	7.101.477,18	67.355.438,90	0,04119%	89,60%	71.884.060,01	70.707.215,01	0,04119%	89,60%	
Receitas Primárias Correntes	586.688,00	494.620,80	0,00073%	95,67%	580.377,38	500.003,19	0,00073%	95,67%	576.626,37	500.003,19	0,00073%	95,67%	
Receitas Primárias de Capital	4.810.735,00	4.789.966,63	0,422%	6,42%	5.023.944,80	4.823.005,82	0,06964%	6,42%	5.156.945,51	5.006.324,42	0,06964%	6,42%	
Despesa Total	77.899.668,70	75.952.176,08	0,04856%	103,49%	81.051.655,45	78.078.363,82	0,04773%	103,49%	83.041.048,65	80.565.020,66	0,04773%	103,49%	
Despesas Primárias (I)	77.899.668,70	75.952.176,08	0,04856%	103,49%	81.051.655,45	78.078.363,82	0,04773%	103,49%	83.041.048,65	80.565.020,66	0,04773%	103,49%	
Despesas Secundárias (II)	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Primárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Primárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Secundárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Secundárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Tercárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Tercárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quaternárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quaternárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quinárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quinárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Sexenárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Sexenárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Setenárias Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Setenárias de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Oitavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Oitavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Nonas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Nonas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Décimas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Décimas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Undécimas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Undécimas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Duodécimas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Duodécimas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trezeavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trezeavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quatorzeavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quatorzeavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quinzeavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Quinzeavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezesseisavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezesseisavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezesseteavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezesseteavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezoitoavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezoitoavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezanoveavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Dezanoveavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinteavas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinteavas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Uma Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Uma de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Duas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Duas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Três Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Três de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Quatro Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Quatro de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Cinco Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Cinco de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Seis Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Seis de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Sete Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Sete de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Oito Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Oito de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Nove Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Vinte e Nove de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Uma Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Uma de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Duas Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Duas de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Três Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Três de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Quatro Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Quatro de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Cinco Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Cinco de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Seis Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Seis de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Sete Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Sete de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Oito Correntes	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	
Despesas Trinta e Oito de Capital	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%	0,00	0,00	0		





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	69.234.881,18	0.048453%	103.52%	76.523.611,71	0.053553%	102.25%	7.288.730,53	10,53%
Receitas Primárias (I)	66.234.881,18	0.046333%	99.03%	72.804.946,69	0.050951%	97.29%	6.570.065,51	9,92%
Despesa Total	71.526.739,73	0.050056%	106,94%	76.143.832,23	0.053288%	101.75%	4.617.092,50	6,46%
Despesas Primárias (II)	71.526.739,73	0.050056%	106,94%	76.143.832,23	0.053288%	101.75%	4.617.092,50	6,46%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-5.291.858,55	-0.003703%	-7,91%	-3.338.885,54	-0.002337%	-4,46%	1.952.973,01	-36,91%
Resultado Nominal	-2.291.858,55	-0.001604%	-3,43%	-3.874.034,62	-0.002711%	-5,18%	-1.582.176,07	69,03%
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000000%	0,00%	0,00	0,000000%	0,00%	0,00	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-17.000.000,00	-0.011897%	-25,42%	-33.258.658,95	-0.023275%	-44,44%	-16.258.658,95	95,64%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-2.291.858,55	-0.001604%	-3,43%	1.083.375,78	0.000758%	1,45%	3.375.234,33	-147,27%

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB nominal	142.892.120.000,00	142.892.120.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	66.882.019,97	74.836.183,63





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ANEXO DEMONSTRATIVO 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)											RS 100
	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
ESPECIFICAÇÃO											
Receita Total	76.623.007,50	69.234.881,18	10,67%	78.000.000,00	-11,24%	79.789.946,60	-2,24%	82.981.544,46	-3,85%	85.056.083,08	-2,44%
Receitas Primárias (I)	73.769.398,15	66.234.881,18	11,38%	75.700.000,00	-12,50%	79.789.946,60	-5,13%	82.981.544,46	-3,85%	85.056.083,08	-2,44%
Despesa Total	72.252.022,57	71.526.739,73	1,01%	89.726.634,94	-20,28%	77.899.668,70	15,18%	81.015.655,45	-3,85%	83.041.046,83	-2,44%
Despesas Primárias (II)	72.252.022,57	71.526.739,73	1,01%	89.726.634,94	-20,19%	77.899.668,70	15,05%	81.015.655,45	-3,85%	83.041.046,83	-2,44%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) - (I - II)	1.517.375,38	-5.291.858,55	-128,67%	-13.926.634,94	-62,00%	1.890.277,90	-89,75%	1.965.889,02	-3,85%	2.015.036,24	-2,44%
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-32.601.778,21	-17.000.000,00	91,78%	-7.000.000,00	142,86%	-2.000.000,00	250,00%	-2.080.000,00	-3,85%	-2.132.000,00	-2,44%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	4.370.984,93	-2.791.858,55	-290,72%	-11.726.634,94	-80,46%	-8.000.000,00	46,58%	-8.320.000,00	-3,85%	-8.528.000,00	-2,44%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	74.391.269,42	67.218.331,24	10,67%	75.728.155,34	-11,24%	77.795.197,94	-2,66%	79.771.625,96	-2,48%	82.929.681,00	-3,81%
Receitas Primárias (I)	71.620.774,90	64.305.709,88	11,38%	73.495.145,63	-12,50%	77.795.197,94	-5,53%	79.771.625,96	-2,48%	82.929.681,00	-3,81%
Despesa Total	70.147.594,73	69.443.436,63	1,01%	87.113.237,81	-20,28%	75.952.176,98	14,69%	78.078.863,82	-2,72%	80.965.020,66	-3,56%
Despesas Primárias (II)	70.147.594,73	69.443.436,63	1,01%	87.016.150,43	-20,19%	75.952.176,98	14,57%	78.078.863,82	-2,72%	80.965.020,66	-3,56%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) - (I - II)	1.473.180,17	-5.137.726,75	-128,67%	-13.521.004,80	-62,00%	1.843.020,95	-83,33%	1.692.762,13	8,88%	1.964.660,34	-13,84%
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-31.652.211,85	-16.504.854,37	91,78%	-6.796.116,50	142,86%	-1.950.000,00	248,52%	-1.996.800,00	-2,34%	-2.078.700,00	-3,94%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	4.243.674,69	-2.225.105,39	-290,72%	-11.385.082,47	-80,46%	-7.800.000,00	45,96%	-7.987.200,00	-2,34%	-8.314.800,00	-3,94%

INDICADOR FISCAIS					
2022	2023	2024	2025	2026	2027
5,38	5,6	4,11	4,96	4,80	4,58



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	73.061.099,14	100,00%	67.323.621,72	100,00%	49.522.586,04	100,00%
TOTAL	73.061.099,14	100,00%	67.323.621,72	100,00%	49.522.586,04	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Balanço Patrimonial Cons. da Prefeitura referente ao anos de 2020, 2021 e 2022 e Balanço Patrimonial do RPPS (2020,2021,2022)





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2023 (a)</b>	<b>2022 (b)</b>	<b>2021 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	3.718.665,02	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.718.665,02		
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2023 (d)</b>	<b>2022 (e)</b>	<b>2021 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	11.718,64	51.660,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	51.660,00	0,00
Investimentos		51.660,00	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	11.718,64	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	11.718,64		
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2023 (g) = ((Ia - IIId) +     IIIh)</b>	<b>2022 (h) = ((Ib - IIe)     + IIIi)</b>	<b>2021 (i) = (Ic - IIIf)</b>
VALOR (III)	4.095.946,38	389.000,00	440.660,00



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	RS -	RS -	RS -
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2021	2022	2023
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)2	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR			
RESERVA	2021	2022	2023
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			



RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA	2021	2022	2023
Receitas Correntes			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)			
Pessoal e Encargos Sociais			
Demais Despesas Correntes			
Despesas de Capital (XIV)			
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XI - XV)²</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	2021	2022	2023
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	2021	2022	2023
Aposentadorias			
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)			
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVI)			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	Despesas	Resultado Previdenciário (c)	Saldo Financeiro do
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				
2093				
2094				
2095				
2096				



2097				
2098				
2099				





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
IPTU	Isencao	Aposentados, Pessoas Carentes	43.922,97	46.448,54	47.609,75	Os valores das renuncias acima ja foram desconsideradas na estimativa de receita, portanto, sendo desnecessario informar as eventuais medidas de compensacao.
IPTU	Descontos	Pagamentos a vista e Refis	56.415,49	59.659,38	60.820,59	Os valores das renuncias acima ja foram desconsideradas na estimativa de receita, portanto, sendo desnecessario informar as eventuais medidas de compensacao.
IPTU	Prescricao	Divida Ativa	7.853,53	8.305,10	9.466,31	Os valores das renuncias acima ja foram desconsideradas na estimativa de receita, portanto, sendo desnecessario informar as eventuais medidas de compensacao.
TOTAL			108.191,99	114.413,02	117.896,66	





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	7.702.519,03
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	1.540.503,81
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	6.162.015,22
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	6.162.015,22
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.322.379,10
Novas DOCC	2.322.379,10
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.839.636,12